

Diversidade sexual em discussão: uma experiência de extensão com lideranças religiosas ⁽¹⁾

Luciana Patrícia Zucco ⁽²⁾

Maria das Dores Campos Machado ⁽³⁾

Fernanda Delvalhas Piccolo ⁽⁴⁾

Resumo

Este artigo apresenta a discussão sobre diversidade sexual a partir de uma experiência de extensão com lideranças religiosas. Os dados foram oriundos da observação sistemática e de uma análise de cunho etnográfico realizada durante o curso de "Capacitação de lideranças religiosas: diversidade sexual e homofobia em discussão", da Escola de Serviço Social da UFRJ, no ano de 2008. Seus resultados apontam um amplo leque de posições dos atores individuais e das instituições confessionais que participaram do curso. As percepções religiosas transitaram da negação e tratamento moral dos relacionamentos homoeróticos, até o reconhecimento e compreensão pelas lideranças de adeptos com outras orientações sexuais para além da heterossexual. A dificuldade de lidar com a diferença durante os encontros foi outro dado, assim como a presença de lideranças de igrejas inclusivas, possibilitou a proximidade com esse outro.

Palavras-chave

(1) Diversidade sexual; (2) Lideranças religiosas; (3) Extensão.

Abstract

This article presents a discussion about sexual diversity from an experiment of extension with religious leaderships. The data came from the systematic observation and from an analysis of ethnographic approach held during the course "Capacitation of religious leaderships: sexual diversity and homophobia in discussion", by the UFRJ Social Work School during the year 2008. The results reveal the interest of a wide variety of individuals and religious institutions which participated in the course. The religious perceptions varied from the denial and moral reproach of homoerotic relationships, to the recognition and acceptance of other sexual orientations. The main obstacle perceived was the general difficulty of dealing with differences, and the presence of inclusive churches leaders enabled some proximity.

Key-words

(1) Sexual diversity; (2) Religious leaderships; (3) Extension.

¹ Esse estudo foi realizado pela Escola de Serviço Social da UFRJ, com o apoio técnico e financeiro do Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS (MS/SVS/PN-DST/AIDS), por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional AD/BRA/03/H34 firmado entre o governo brasileiro e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime - UNODC. O protocolo dessa pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Enfermagem Anna Nery da UFRJ, e o consentimento livre e esclarecido foi obtido de todos os participantes.

² Doutora em Saúde pelo Instituto Fernandes Figueira/ Fiocruz.

³ Doutora em Sociologia (IUPERJ) e professora da UFRJ.

⁴ Doutora em Antropologia Social (UFRJ) e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Introdução

Este artigo apresenta a discussão sobre diversidade sexual⁵ a partir de uma experiência de extensão com lideranças religiosas. Esta sistematização é decorrente da análise de cunho etnográfico realizada durante o curso de "Capacitação de Lideranças Religiosas: diversidade sexual e homofobia em discussão", promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Diversidade Sexual e Religião, da Escola de Serviço Social da UFRJ, no ano de 2008, como um dos produtos do projeto "Homofobia e Violência: um estudo sobre os discursos e as ações das tradições religiosas brasileiras em relação aos GLTB".

Na condição de tema transversal das políticas sociais públicas, a categoria da diversidade sexual e seus correlatos estão previstos em vários documentos nacionais, tais como: Parâmetros Curriculares Nacionais - Temas Transversais (1998), Programa Brasil sem Homofobia (2004), Dossiê das Mulheres Lésbicas (2006) e II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2008). A inserção da diversidade sexual, através do tema sexualidade, principalmente, na política de saúde e de educação, tem como objetivos dar visibilidade a tais questões, além de promover a equiparação dos direitos sociais, a superação da violência e da discriminação em virtude da identidade e orientação sexuais.

Desse modo, a visibilidade dos direitos sexuais e reprodutivos⁶ da popula-

⁵ O termo diversidade sexual é aqui utilizado como categoria analítica, que possibilita tanto explicitar as formas de identificação entre os sujeitos (Hita, 2002) e suas especificidades, mediante as identidades ou orientações sexuais, como organizar suas particularidades em segmentos, abarcando assim lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). As múltiplas identidades geram simultaneamente necessidades próprias e comuns, materializadas em reivindicações que demonstram as singularidades e denunciam o compartilhamento da discriminação e da exclusão social pelos diversos segmentos.

⁶ Ressaltamos que os termos direitos sexuais e reprodutivos foram legitimados e difundidos pelas Plataformas das Conferências Internacionais de Cairo (Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, 1994) e de Pequim (Conferência Mundial sobre a Mulher, 1995), nas quais o Brasil foi signatário dos compromissos ali assumidos.

ção LGBT⁷ e o acesso universal e equânime aos programas e projetos sociais são colocados como ações governamentais a serem prestadas aos usuários dos serviços, especialmente de educação e saúde. Para tanto, tais documentos apontam e prevêem a necessidade de sensibilização dos profissionais com vistas à mudança de comportamentos em relação à sexualidade e, consequentemente, à receptividade da população LGBT junto às instituições públicas de saúde e de educação. Uma das estratégias utilizadas pelos Ministérios da Saúde e de Educação é o investimento na formação e capacitação dos profissionais, para que de fato a diversidade sexual seja introduzida nos serviços e viabilizada como um dos direitos humanos.

Entretanto, não podemos esquecer que outros espaços de socialização também são responsáveis pela inclusão dos sujeitos nas relações sociais e pela promoção do sentido e do exercício da condição de cidadão. Logo, as diferentes doutrinas religiosas e suas lideranças ocupam um papel estratégico, pois, como portadoras de uma moral e representantes de uma "verdade" eclesial, possuem significativa capacidade de influência nas diferentes esferas da vida social brasileira. Os líderes religiosos direcionam os fiéis a partir de concepções de gênero, família e sexualidade, expressando, ainda que implicitamente, uma posição frente aos movimentos LGBT.

Dentre os motivos que justificaram a realização do Curso, destacam-se dois: um de natureza acadêmica e outro de natureza político social. O primeiro referiu-se à própria contribuição da extensão como atividade capaz de imprimir outros horizontes à universidade pública e à sociedade brasileiras (Fórum de Pró-Reitores, 2001), através da democratização do conhecimento, da informação das políticas públicas voltadas à temática e do seu potencial de formação de novos sujeitos sociais.

O segundo motivo voltou-se para a promoção de atitudes e de climas favoráveis à consolidação dos direitos do público LGBT, à discussão de ações

⁷ Considerando a recomendação da ABGLT de dar maior visibilidade ao segmento de lésbicas no ativismo brasileiro, utiliza-se a sigla LGBT, em substituição a GLBT. A adoção desta terminologia, em junho de 2008, se apresenta em consonância com as tendências internacionais, ao projetar a atuação das lésbicas na superação da ideologia patriarcal e de dominação masculina.

de prevenção ao HIV/Aids e de encaminhamento das demandas dos fiéis LGBT das diferentes doutrinas religiosas. Ou seja, o conjunto de temas trabalhados no Curso objetivou promover a reflexão sobre os direitos sexuais e, como consequência, o enfrentamento a toda forma de discriminação.

Para dar visibilidade aos dados construídos e sistematizados com a realização do Curso, este texto apresenta a seguinte seqüência: questões metodológicas, que esclarecem a abordagem de análise utilizada e a estrutura do curso; discussão dos resultados, subdividida em análise do grupo e das lideranças; e, por fim, as principais considerações.

O caminho percorrido

Com vistas a assegurar a visibilidade do processo de construção dos dados, é importante esclarecermos tanto a estruturação e desenvolvimento do Curso, como a técnica utilizada para análise das informações coletadas no transcorrer de sua realização. A partir disso, é possível uma aproximação e compreensão das narrativas sobre diversidade sexual proferidas pelas lideranças religiosas. Para tanto, descrevemos momentos que foram distintos, mas estreitamente articulados, dividindo-os em: descrição do curso e operacionalização da análise.

Objeto de reflexão: descrevendo o curso

O curso ocorreu em doze encontros de duas horas, todas as terças-feiras, totalizando uma carga horária de vinte e quatro horas e duração de dois meses. Foi realizado entre os dias treze de maio e vinte e nove de julho de 2008, no auditório da ESS, no campus da Praia Vermelha/UFRJ. O quadro de professor@s⁸ foi oriundo, principalmente, da Universidade, sendo a maioria do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Diversidade Sexual da Unidade. Contou também com a presença de uma profissional da Superintendência Estadual de

⁸ Grafar as palavras com o símbolo @ é uma maneira de retratar que a sociedade inclui mulheres e homens, sem flexioná-las ao masculino. Logo, na tentativa de não reproduzir a linguagem sexista presente na sociedade e, conseqüentemente, em seus textos, optamos por utilizar o símbolo @, tal como vem sendo adotado por diversas publicações feministas. Para tanto, ver CFEMEA (2006).

Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado e Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEASDH-RJ).

A divulgação ocorreu por meio de folders, cartazes e e-mails às instituições religiosas, governamentais e acadêmicas, cadastradas no banco de dados da pesquisa. Foram disponibilizadas trinta e cinco vagas. No entanto, devido à procura, foram inscritas trinta e sete pessoas segundo o perfil solicitado: ser uma liderança religiosa ou fiel com desenvolvimento de atividades religiosas na sua comunidade. Priorizamos, ainda, as diferentes tradições com vistas a assegurar uma participação equânime das variadas doutrinas religiosas inscritas.

A metodologia adotada teve como referência majoritária as práticas educativas como práticas sociais, nas quais se entrecruzam práticas formais e informais. Portanto, tomamos os processos educativos "enquanto dinâmicas históricas, que envolvem espaços e tempos de sujeitos e práticas sócio-culturais" (Dayrell, 2006, p. 19). Dessa forma, são priorizadas as realidades cotidianas sobre diversidade sexual. Isto porque as relações sociais, econômicas, culturais e afetivas constroem os distintos contextos de intersubjetividade. A partir dos mesmos, consideramos que os sujeitos envolvidos no Curso (lideranças religiosas e profissionais da educação) desenvolvem formas diferenciadas de interpretar e valorizar as questões que dizem respeito ao tema, segundo suas vivências pessoais e profissionais.

É com base em tais referências que os significados são atribuídos ao feminino e ao masculino, à sexualidade, ao sexo, e a como as pessoas devem se relacionar afetiva e sexualmente. Logo, essa concepção de prática educativa permite recuperar as visões, os valores e as relações de poder que permeiam o tema, ou seja, o outro em seu contexto e na sua diversidade. Estimula, igualmente, o debate entre as distintas lógicas argumentativas e estabelece um espaço de interlocução de experiências, conhecimentos e opiniões entre os sujeitos.

Os temas foram trabalhados a partir de situações reais, através de oficinas e de exposição de conteúdo, aliadas a diferentes recursos: dinâmicas de grupo, vídeos educativos, filmes, álbuns seriados e cartilhas. Tal configuração objetivou desencadear problematizações teóricas, reflexões individuais e co-

letivas. Nesse sentido, o curso foi organizado em três módulos e o primeiro, denominado "Sexualidade e gênero: introdução aos conceitos", apresentava as principais abordagens sobre essa dimensão da vida humana, e os estudos de gênero. No segundo módulo foram trabalhados os "Múltiplos discursos sobre a diversidade sexual: noções sobre homossexualidade", os científicos, os religiosos e os dos movimentos LGBT. E, finalmente, no terceiro módulo, examinaram-se as temáticas "Sexualidade, diversidade sexual e políticas públicas: noções gerais de Direitos Humanos e questões legais". Ou seja, foram explorados os aspectos conceituais que envolvem os direitos sexuais e reprodutivos; o programa 'Brasil sem homofobia' e os desafios que as religiões colocam aos programas de prevenção das DSTs/HIV/AIDS.

Operacionalização da análise

O Curso foi considerado, simultaneamente, campo de intervenção e campo de pesquisa. Com vistas à investigação, adotamos uma abordagem de natureza qualitativa, utilizando alguns princípios etnográficos. Mais especificamente, recorreremos à observação sistemática como instrumento indispensável à construção dos dados com a presença de um pesquisador em todos os encontros como observador participante⁹.

Os doze encontros do Curso foram registrados através de um diário de campo e de gravação digital (*ipod*). As gravações foram transcritas e os relatos organizados por temas, uma vez que utilizamos como técnica de análise a modalidade temática sugerida por Bardin (1995). Não priorizamos a quantificação da frequência dos temas, embora os tenhamos trabalhado como unidades de significação extraídas das narrativas, a partir dos conceitos que nortearam a interpretação, como: gênero, sexualidade, diversidade sexual e religião. Em seguida, iniciamos o processo de categorização e de identificação dos núcleos de sentido presentes nas narrativas. O mesmo procedimento foi realizado com os relatos registrados no diário de campo.

⁹ Desde Malinowski (1978), que salientava que a única maneira de realizar uma etnografia era "viver entre os nativos", que se utiliza a observação participante. Ainda, sobre a observação participante, ver, entre outros, Becker (1997).

É importante esclarecer que os dados foram construídos considerando a interação entre os elementos: o contexto de produção das falas -espaço acadêmico; o delineamento metodológico adotado pelo Curso; a direção empregada pel@s professor@s nos encontros; as falas dos diferentes sujeitos sobre os temas discutidos, que fazem referências a suas experiências pessoais e contextos de socialização; as dinâmicas relacionais estabelecidas entre os sujeitos; e a realidade social, que situa e possibilita contextualizar a multiplicidade de posicionamento identificada sobre os temas.

Tal conjunto dá visibilidade à relação estabelecida entre narrativas individuais e culturais, ou, ainda, à dinâmica entre as dimensões subjetivas e objetivas. Permite, desse modo, problematizar as expressões simbólicas e discursivas dos sujeitos, dentre as quais estão presentes a d@ pesquisador@ observador@. Isto porque, apesar do distanciamento epistemológico do objeto de reflexão etnográfica, no caso o curso e as discussões sobre diversidade sexual, @ pesquisador@, por sua própria presença, interage e interfere com suas referências tanto na produção como na interpretação dos dados.

Nesse sentido, Almeida (2002) afirma que há, no trabalho de campo, a constituição de relações intersubjetivas entre pesquisador@-observador@ e informantes, ou seja, a construção de um lugar que não é referenciado apenas por um universo cultural, mas que potencializa processos reflexivos e de crítica sobre as culturas de origem dos sujeitos. Em suas palavras: "o processo comunicativo do trabalho de campo cria um sistema de significados compartilhados entre informante e etnógrafo, um mundo liminar e à parte de ambas as culturas" (Almeida, 2002, p. 53).

Assim, cabe ainda ressaltar que as anotações, ou seja, as descrições, as interpretações, as reconstruções dos acontecimentos ocorridos no trabalho de campo são agora selecionados -porque pertinentes ao tema de pesquisa- e, em certa medida, reescritos, pois, como diz Clifford (1990, p. 54) "escrever é sempre, em algum grau, reescrever"¹⁰.

¹⁰ Versão da seguinte passagem do texto de Clifford (1990, p. 54): *Writing is always to some degree rewriting*. Sobre a interpretação, reconstrução dos dados de campo, ver, entre outros, Geertz (1989).

A análise

Longe de dar conta da miríade de posicionamentos que envolveram os assuntos sobre diversidade sexual, alguns elementos fundamentais, que auxiliaram situar e compreender determinadas falas das lideranças religiosas, são explicitados a partir de uma leitura sócio antropológica. Estes elementos foram organizados em temas e sinalizados seus núcleos de sentido. Para dar maior visibilidade aos dados, didaticamente, dividimos a análise em: o grupo e a percepção das lideranças sobre homossexualidade¹¹.

O Grupo¹²

A procura pelo curso foi significativa, com a inscrição de um número maior de participantes do que inicialmente proposto. Em função dessa demanda, o grupo ficou constituído por 23 mulheres e 14 homens, na faixa etária entre 70 e 20 anos, ocorrendo concentração de participantes na faixa etária entre 40 (doze pessoas) e 30 (onze pessoas) anos. No entanto, do total de 37 pessoas, 22 concluíram o curso.

Em relação às tradições religiosas, tem-se a seguinte configuração: 17 protestantes - evangélicas (um Assembléia de Deus; um Anglicana; um Antioquia; três Projetos Vida Nova; cinco Inclusivas¹³; um Adventista; cinco Batistas), 12 católicas, quatro afro brasileiras (Candomblé), três espíritas e um STB - Catimbó. Cabe destacar o vínculo institucional dos participantes, pois chama a atenção o número de religiosos responsáveis pelos rituais de celebração (três Pastor@s; dois Ministr@s de Culto; duas Irmãs; uma Pastora; um Presbítero; um Diácono; um Seminarista; um Yamoro; uma mãe pequena) e de evangelizadores (quatro). Outro ponto a ser observado é o número de participantes que realizam

¹¹ Adotamos na seqüência da discussão o termo homossexualidade, em detrimento à diversidade sexual, por seu uso ser recorrente entre as lideranças religiosas.

¹² A utilização do termo grupo é feita arbitrariamente aqui, pois estas pessoas não se encontram na realidade como um grupo formado e não necessariamente se percebem como um grupo, haja vista a grande heterogeneidade entre elas. Contudo, assim os consideramos por formarem uma turma de lideranças religiosas.

¹³ As Igrejas que ganham a denominação de "Igrejas Inclusivas" são aquelas voltadas também aos adeptos com distintas orientações sexuais. Estas são vistas pelas lideranças como sendo aquelas que "acolhem" os homossexuais e são sensíveis às experiências subjetivas da homossexualidade, embora não sejam consideradas por essas mesmas lideranças como exclusivas ao público LGBT.

trabalhos evangelizadores e educativos com crianças, adolescentes e jovens (sete). A inserção profissional das lideranças no mercado de trabalho foram as seguintes: teólogos (sete); psicólogos e estudantes de psicologia (seis); assistentes sociais e estudantes de serviço social (dois); técnico e estudante de enfermagem (dois).

Cabe notar a heterogeneidade no perfil dos participantes. As diferenças que se sobressaíram estiveram relacionadas à idade, à origem profissional e religiosa, à filiação religiosa e às atividades desenvolvidas no âmbito da instituição religiosa. Estas matizaram os posicionamentos das lideranças religiosas sobre os assuntos relacionados à diversidade sexual, bem como inscreveram a direção aos conteúdos e o tom das discussões nos encontros.

Diferenças também foram percebidas na **motivação** dos participantes para se inscreverem e concluírem o curso, e na **herança religiosa**, legado assegurado pela família primária e responsável por direcionar a liderança em sua escolha religiosa. Essas duas dimensões - **motivação** e **herança familiar religiosa** - delimitam núcleos de sentidos, que asseguram especificidades ao grupo e às falas.

A motivação foi um dos temas procedentes do encontro inaugural. Ela se refere aos objetivos e expectativas dos participantes e abarca, basicamente, dois núcleos de sentido: um associado à vinculação religiosa e, notadamente, à inserção institucional; e outro, à atividade e formação (graduação e pós graduação) profissionais.

No primeiro núcleo, o sentido preponderante da participação dos líderes religiosos esteve relacionado à necessidade deles se aproximarem, buscarem novos elementos, refletirem ou acompanharem as discussões que envolvem a diversidade sexual. Vários motivos corroboraram para esse sentido:

- os distintos graus de informação, de conhecimento e de participação política.

"um lugar pra que eu pudesse ouvir um pouco daquilo que a gente fala. Estar reciclando, aprendendo, buscando, e minha expectativa é justamente essa não é? Ta sabendo cada vez mais" (católica, coordenadora de grupo de jovens);

"porque me interessa ter um esclarecimento maior" (protestante - batista, pastor presidente);

"me inscrevi por causa do tema, eu creio que vou aprender muito, eu sou delegado na conferência estadual GLBTT de políticas públicas ... pra trabalhar melhor a questão de gênero" (protestante - inclusiva, pastor).

•os preceitos religiosos das tradições, que quase sempre acabam negando, silenciando ou 'acolhendo' as questões sobre sexualidade e orientação sexual. Em ambos os casos -negação ou acolhimento- a liderança se vê confrontada com o tema e com o fato de se esperar dela uma orientação, pois suas funções a colocam na condição daquele que indica o caminho e as diretrizes aos fiéis.

"o diálogo em relação a temas como homofobia e diversidade sexual não existe, o discurso é sempre no sentido de vamos recuperar o homossexual" (protestante - batista, pastor);

"e a igreja católica fala muito pouco, quando fala de sexualidade, esquece de focar um pouco dessa questão da homofobia" (católica, coordenadora da pastoral da juventude).

•a ausência de discussão sobre as situações relacionadas à sexualidade, associada à função religiosa e, conseqüentemente, às atividades desenvolvidas em âmbito institucional geram ao líder a necessidade de ampliar seus recursos cognitivos para além dos princípios religiosos. Revelam, com isso, suas dificuldades em lidar com o tema e a falta de preparo, independentemente da tradição religiosa, o que se torna compreensível, uma vez que a sexualidade foi historicamente eleita pelo cristianismo como pecado, estigma, delito e símbolo de desonra (Catonné, 2001).

"já que temos decisões internas na coletividade da sociedade brasileira, decisões a tomar, e eu preciso estar muito bem convicto acerca de algumas posições, eu preciso firmar posições, e por isso eu preciso de esclarecimento" (protestante - batista, pastor);

"sou católica, sou coordenadora de grupo jovem lá da minha igreja (...) então, é formação, estou aqui pra isso" (católica, coordenadora de grupo de jovens);

"então, tem muitas situações em torno da sexualidade que a gente ainda não sabe lidar" (protestante - inclusiva, presidente conselho fiscal).

A atividade e a formação (graduação e pós graduação) profissionais perfazem o segundo núcleo de sentido do tema motivação, reafirmando a necessidade das lideranças de se aproximarem das discussões que o espaço acadêmico realiza. Logo, os interesses profissionais se apresentam associados aos religiosos, dando visibilidade ao escopo da motivação, qual seja: ampliação do conhecimento, instrumentalização da liderança para orientar ou 'administrar' situações que envolvem a diversidade sexual nos espaços religiosos, apropriação das inovações jurídicas e qualificação de um discurso sobre homossexualidade.

"Ta sabendo cada vez mais, favorecer também o discurso ecumênico, inter-religioso, vê um pouco também a questão do serviço social. O serviço social traz também pra acrescentar em relação a essa questão específica da sexualidade e do homossexualismo" (católica, coordenadora de grupo de jovens);

"... seção da minha tese vai falar de homossexualidade e educação, vai caber uma parte da religião que eu acho que seria interessante, a expectativa é essa" (espírita, evangelizador);

"sou 2º secretária da igreja, e sou educadora, sou professora da rede estadual, já tem aí uns dois anos, desde que foi lançado o programa Brasil sem homofobia, que, como educadora, eu venho me aprofundando no tema da homofobia, já fiz dois cursos sobre diversidade sexual na escola, e penso que esse curso é complementar, tanto na minha formação como professora quanto a questão" (cristã).

A herança familiar religiosa contribui para explicar a filiação e adesão da liderança à religião dos familiares e o desenvolvimento de suas funções e atividades na instituição. Desse modo, são mantidas as referências e uma cultura religiosas construídas no processo de socialização primária. Um dirigente da Assembléia de Deus, que atua junto aos jovens de sua comunidade, afirmou que era "de uma família de tradição evangélica, são mais de quatro gerações na assembléia, a minha família me criava pela compreensão da questão do gênero religioso, sexual (...)".

Contudo, essa dimensão -a herança familiar religiosa- pode expressar também um sentido de descontinuidade com alguns poucos líderes, abandonando os preceitos religiosos primários, e construindo outros que permitiam

articular melhor o exercício e as funções religiosas à sua orientação sexual. Acaba, por fim, situando o trânsito de alguns participantes de uma doutrina religiosa para outra, como no exemplo do protestantismo inclusivo:

"Tenho 39 anos, sou cristã, venho da igreja batista, meu pai foi pastor batista por muitos anos, e por ser dessa comunidade é que estou lá até hoje, sou 2ª secretária da igreja, e sou educadora, sou professora" (protestante - inclusiva, segunda secretária da igreja);

"Sou protestante, também da comunidade [igreja inclusiva], é uma igreja protestante reformada particular, minha mãe é protestante da igreja congregação cristã no Brasil" (protestante - inclusiva, presidente do conselho fiscal);

"Sou tataraneto de pastor, minha família é de uma longa tradição de (...) uma igreja presbiteriana no Brasil, estudei no seminário teológico presbiteriano" (protestante - inclusiva, pastor).

A organização cognitiva das falas dos participantes em núcleos temáticos, além de demarcar seus lugares de pertencimento no exercício religioso, nos permitiu levantar características singulares do grupo e contextualizar suas posições, inclusive sobre a diversidade sexual.

A homossexualidade

A visão da homossexualidade apresentada pelos participantes ao longo do Curso reproduz a diversidade de seus perfis e dos preceitos religiosos das distintas tradições representadas. Tal dado favorece a compreensão de conflitos identificados acerca dos valores e interesses que orientaram os posicionamentos religiosos sobre a sexualidade, sendo determinados discursos enunciados em meio a discussões calorosas e construtivas.

No conjunto dos temas, todos mobilizaram as lideranças, com variações de intensidade, em função das exposições d@s professor@s problematizarem a visão naturalizada das questões que envolvem a sexualidade, tão presente nas leituras cristãs. No primeiro módulo, chamamos a atenção para a reação dos participantes das diferentes doutrinas religiosas em relação às abordagens essencialista e construtivista social (Heilborn, 1999; Loyola, 1998) utilizadas para trabalhar os conceitos de sexualidade e gênero.

As lideranças pertencentes à doutrina inclusiva questionavam o entendimento de que as subjetividades e relações homossexuais estavam relacionadas ao processo de construção social da sexualidade. Para elas, os sujeitos nascem 'gays', pois, do contrário, correriam o risco de serem forçados a se 'reconstruírem' heterossexuais, como o proposto por algumas religiões mais tradicionalistas. Numa perspectiva sexológica, esses participantes recorriam à alegação de uma natureza diferente de algumas pessoas para explicar a orientação homossexual, e contra a qual não se pode lutar (Adelman, 2000). Alguns, por terem uma orientação homossexual, verbalizavam: "Eu nasci assim"; "Desde que me conheço por gente, eu sou diferente". Por sua vez, os representantes de outras tradições que não inclusiva igualmente se mostravam reticentes à leitura construtivista, exatamente por colocar em questão a lógica essencialista, que utilizam para apregoar a heteronormativa como natural da espécie humana.

No segundo e último módulos, as opiniões se mantiveram em oposição entre os representantes das doutrinas fiéis às tradições e da doutrina inclusiva, uma vez que alguns conceitos relacionados ao campo da diversidade sexual foram objetos de reflexão, e se contrapunham aos preceitos da maioria das religiões. A polêmica se acentuou com a discussão do Projeto de Lei PLC 122/2006¹⁴, em tramitação no Congresso Nacional, em 2008, que criminaliza a homofobia, tal como reivindicação do Movimento LGBT. Os argumentos se dividiram entre aqueles que defendiam, não defendiam e problematizavam a judicialização da vida em sociedade. Outrossim, refletiu-se sobre discursos que generalizam determinadas doutrinas, mais do que outras, como promotoras de comportamentos homofóbicos.

Independentemente das contradições sinalizadas, ressaltamos que as lideranças das tradições religiosas assim como partilharam compreensões, também divergiram e se distanciaram em relação a vários assuntos, inclusive, no interior de uma mesma doutrina. Na miríade de posições e argumentos das lideranças, aqueles que questionavam a lógica heterossexual e, conseqüente-

¹⁴ É o mesmo Projeto de Lei n. 5003/2001 de autoria da ex deputada Iara Bernardi (PT/SP).

mente, o sentido da procriação, o fizeram por meio de expressões acaloradas e de compreensão particular, como retratado no relato de um participante:

"Então a gente pode falar daquele processo de construção da sexualidade em vários eixos, né? E em uma trajetória individual, muitas vezes, não será uma coisa ou um aspecto que será importante. O ser humano é composto de várias possibilidades sectárias. Mas vai ter certamente mais espaço para construir identidades, mais espaço pra alguns indivíduos do que para outros. Não é só isso, absolutamente, mas também de recurso, né? Recurso interno. O que eu uso pra construir a minha identidade? O que eu preciso ter para ampliar, para me construir como uma pessoa numa sociedade plural? Numa sociedade que é cada vez mais desenvolvida, urbanizada, fragmentada. Aí a gente fala bastante num recurso, que é achar primeiro que você pode ser, e que isso é importante".

Tais características delinearam a identidade do grupo como plural, diverso e singular. Estas características foram reconhecidas e verbalizadas em sala pelos participantes, e fora dela, com o prolongamento dos debates, em frente ao prédio da Unidade, após o horário dos encontros. Igualmente, credita-se à dificuldade de lidar com a pluralidade de concepções e os conflitos o abandono do curso por alguns de seus membros, tendo sido apenas uma desistência sinalizada à equipe por este motivo.

A partir dos debates promovidos ao longo do curso e que estimularam o posicionamento das lideranças, pontuaremos as falas mais preponderantes apreendidas sobre a homossexualidade. O risco de incorrer no 'paradigma de simplificação' (Morin, 2005), nos leva a afirmar que estamos longe de esgotar a complexidade dos sentidos identificados, tampouco que há um sentido unidimensional, mas também que eles são representativos de um universo religioso que os gestam e reproduzem. Na compreensão de homossexualidade apresentada pelas lideranças, identificamos os seguintes núcleos de sentidos: **patologia, problema e complexidade.**

No primeiro núcleo, termos como **doença, transtorno e desvio** são comumente utilizados para designar o que é 'homossexualismo', sendo tal grafia revisitada: "questão específica da sexualidade e do homossexualismo" (participante).

Semanticamente, esse conjunto -doença, transtorno e desvio- remete ao conhecimento da década de 1940, quando, em 1948, a Organização Mundial da Saúde (OMS) catalogou no Código Internacional de Doenças (CID) o homossexualismo como patologia¹⁵. Então, subjacente ao entendimento de algumas lideranças está a referência essencialista de sexualidade, que reduz, parafraseando Morin (2005), o biológico ao físico, o humano ao biológico: "Têm determinados desvios, e têm a tendência para a religiosidade, para a religião, para o misticismo. Então, nós também recebemos essas pessoas, no espiritismo, umbanda, né?" (participante).

A leitura do desvio tem como aliado o próprio discurso religioso, que justifica, a partir da anatomia dos corpos, o sexo para a reprodução da espécie. Desse modo, o prazer está na ordem da lascívia, principalmente quando oriundo de relações homossexuais, e fere os princípios religiosos.

No núcleo em que prevalece o sentido da homossexualidade como problema, o que se destaca são as posturas das doutrinas religiosas. Por vezes, algumas negam sua presença nos espaços religiosos, desconsiderando-a e colocando-a na invisibilidade. Simplesmente, o assunto não faz parte da agenda religiosa. Em compensação, outras reconhecem a homossexualidade como parte de sua realidade, para discuti-la e colocá-la como um dado a ser trabalhado no espaço religioso. Suas características são esclarecidas aos fiéis, para que atentos as mesmas, possam 'domesticá-las'. Ademais, a movimentação política LGBT pela defesa de direitos é considerada pelas lideranças, e, por isso mesmo, impõe a necessidade delas se instrumentalizarem para adequar seus discursos ao "politicamente correto". Segundo Adelman (2000, p. 163),

parece, de fato, que qualquer um pode apropriar-se desse discurso, que não só é agradável, humanitário etc., mas também aparentemente muito fácil de casar com o discurso liberal da atual sociedade, na qual há um mercado para tudo, e portanto, um espaço para todos.

¹⁵ Cabe salientar que foi na década de 1990, com a revisão do Código Internacional das Doenças (CID-10), que o "homossexualismo" deixou os códigos que definiam as doenças "psis", tornando-se violação aos direitos humanos o diagnóstico e o atendimento psicológico a pessoas que quisessem deixar a homossexualidade. A partir de então, o sufixo "ismo", que significa "doença", foi substituído pelo "dade", que faz referência a modo de ser (Guilherme, 2003).

Os excluídos são, por esse discurso, muito rapidamente incluídos, e todos caminhamos juntos na trilha da igualdade, numa sociedade que está evoluindo.

A fala dos participantes retratou o acompanhamento das mudanças sociais e expressou, em alguns momentos de modo explícito e, em outros, implícito, a preocupação com o Projeto que criminaliza a homofobia.

Por último, o núcleo que indica um sentido complexo na apreensão da homossexualidade por parte das lideranças, principalmente daquelas filiadas à doutrina inclusiva: "a própria homossexualidade é muito diversa" (protestante - inclusiva, presidente conselho fiscal). A complexidade reside, entre outras coisas, na ciência de que entendendo a homossexualidade como direito, não garante automaticamente às lideranças a superação dos preconceitos de toda ordem, e a capacidade de orientar seus fiéis:

"porque a própria homossexualidade é muito diversa, e a gente tem a coisa do Caetano, acha feio o que não é espelho. Então, tem muitas situações em torno da sexualidade que a gente ainda não sabe lidar (...) e acaba sendo preconceituoso muitas vezes com o igual sem perceber" (protestante inclusiva).

Neste núcleo, prevaleceram posições que consideram a orientação sexual um direito dos sujeitos, e que para exercitá-lo, eles devem ter a liberdade preservada. Para tanto, informações garantidas e capacidade de lidar com a diferença em meio a uma sociedade plural são pressupostos reconhecidos pelas lideranças inclusivas.

Considerações

O Curso de capacitação revelou se um espaço a mais de investigação, uma vez que no diálogo com @s dirigentes foi possível corroborar algumas das informações e impressões transmitidas nas entrevistas individuais previamente realizadas com vinte e duas outras lideranças religiosas. Nesse sentido, identificou se um amplo leque de posições dos atores individuais e das instituições confessionais ali representadas. As percepções religiosas transitaram da negação e tratamento moral dos relacionamentos homoeróticos, representan-

do obstáculos para o deslocamento das discussões do âmbito da moral religiosa em direção ao plano ético-político, até o reconhecimento e compreensão pelas lideranças de adeptos com outras orientações sexuais para além da heterossexual. É importante destacar que, quase sempre, tais discursos estiveram presentes nas falas de participantes da "Igreja Inclusiva".

Assim como a heterogeneidade de posições sobre o tema se fez presente, a dificuldade de lidar com a diferença também foi constatada durante os encontros. A alteridade foi marcada frente à diversidade sexual, mas também frente às concepções religiosas de cada tradição ali presente. Por outro lado, a participação de pessoas com orientação sexual homossexual, como as lideranças de igrejas inclusivas, possibilitou a proximidade com esse outro.

Logo, a premissa norteadora do Curso -que as pessoas têm percepções, opiniões e práticas distintas em relação aos temas propostos- ficou explícita do início das inscrições ao encerramento, sendo as mesmas estimuladas a serem apresentadas e trabalhadas reflexivamente. Isso porque as próprias diversidades pessoais e religiosas se constituíram em instrumentos de reflexões sob nova perspectiva: a dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos, na qual as questões relacionadas à diversidade sexual estão inseridas.

Desse modo, cabe observar que um curso de capacitação é uma intervenção construída no diálogo entre participantes e profess@r/intervent@r, ainda que em certos momentos a voz predominante tenha sido d@ profess@r/intervent@r). No entanto, devemos assinalar que o próprio termo "capacitação" deve ser visto sob o olhar crítico da antropologia, pois remete a não capacidade de algumas pessoas, e que outras tem a autoridade para torná-las capazes. Talvez, um termo menos problemático a ser utilizado para uma atividade como a aqui relatada fosse o de "sensibilização", pois o Curso se não visou modificar pensamentos e práticas, pelo menos sensibilizou para as questões da sexualidade e orientação sexual.

É nessa perspectiva que as ciências sociais podem contribuir para a compreensão dos sentidos da intervenção, pois um curso de capacitação é uma forma de intervenção, bem como para a formação do profissional de serviço

social, uma vez que fornece instrumental teórico metodológico para a reflexão e a análise sobre a realidade social. Ainda, a antropologia fornece subsídios para a discussão da diversidade sexual e da homofobia, entre outras, que estão inseridas nas discussões teóricas e na pauta das questões sociais contemporâneas de nossa sociedade.

Recebido em dezembro de 2008, aceita para publicação em março de 2009.

Referências bibliográficas

ADELMAN, M. "Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX", *Rev. Sociol. Polít.* 14, 2000. p. 163-171.

ALMEIDA, H. B. de. "Mulher em campo: reflexões sobre a experiência etnográfica". In: ALMEIDA, H. B. de et.al. (Orgs.). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais, 2002. p. 49- 80.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 2007.

BECKER, H. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: HUCITEC, 1997. 3ª. Edição.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Projeto Somos Desenvolvimento Organizacional, Advocacy e Intervenção para ONGs que trabalham com GAYS e outros HSH**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brazil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Temas Transversais.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CATONNÉ, J.P. **A sexualidade, ontem e hoje.** São Paulo: Cortez, 2001.

CFEMEA, FIG CIDA. **Perspectivas e Críticas Feministas sobre as Reformas Trabalhista e Sindical. Legislação Trabalhista, Políticas Públicas e Igualdade de Gênero. Estudos sobre questões de Gênero na Reforma Sindical.** Brasília DF: CFEMEA, 2006.

CLIFFORD, J. "Notes on (field)notes". In: SANJEK, Roger (Ed.) **Fieldnotes: the makings of Anthropology.** Ithaca and London: Cornell University Press, 1990. p. 47-70.

DAYRELL, J (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Sistema de Dados e Informações: Base operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão.** Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUILHERME, L. F. V. A. "União estável entre homossexuais no Direito Brasileiro e no Direito Comparado", **Revista da Escola Paulista de Magistratura**, ano 4, n.12, jul./dez., 2003. p.149-171.

HEILBORN, M.L. (Org.). "Construção de si, gênero e sexualidade". In: **Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p. 40-58.

HITA, M. G. "Igualdade, identidade e diferença(s): Feminismo na reinvenção de sujeitos". In: ALMEIDA, H. B. de et. al. (Orgs.). **Gênero em matizes.** Bragança Paulista: Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais, 2002. p. 319-351.

LOYOLA, M.A. (Org.). "Sexo e sexualidade na Antropologia". In: **A sexualidade nas ciências humanas.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 17-47.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. 2ª ed. (Coleção Os Pensadores) p.17-33.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2005.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS. *Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: promoção da equidade e da integralidade*. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2006.

THE UNITED NATIONS BEIJING DECLARATION AND PLATFORM FOR ACTION. FWCW Platform for Action Women and Health. Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/health.htm> (Acessado em set/2004).

UNITED NATIONS INTERNATIONAL CONFERENCE ON POPULATION AND DEVELOPMENT (ICPD). Programme of Action of the United Nations International Conference on Population & Development. <http://www.iisd.ca/cairo.html> (Acessado em 10/set/2004).